

FORTELECIMENTO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA NA EDUCAÇÃO: O IMPACTO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO EM MATO GROSSO

Allan de Carvalho Rodrigues
UNESA/RJ
allancr@id.uff.br

Viviane Pereira da Silva
UNESA/RJ
vivi_cit5@hotmail.com

A gestão democrática tem se ressaltado como princípio essencial na elaboração e execução das políticas educacionais. O objetivo da presente pesquisa é investigar quais documentos, políticas e ações os Conselho Municipais de Educação do Estado de Mato Grosso têm adotado para promover o fortalecimento da gestão democrática, bem como para assegurar a efetivação da participação e do controle social. Essa investigação faz parte de uma pesquisa de mestrado em desenvolvimento. A pesquisa tem como ênfase refletir a articulação entre gestão democrática e os Conselhos Municipais de Educação (CME) dos municípios de Nova Mutum e Rosário Oeste, localizados no Estado de Mato Grosso.

A construção de políticas educacionais que atendam aos interesses coletivos, em detrimento de questões particulares, é fundamental para o fortalecimento da educação pública. A gestão democrática contribui para a criação de um espaço onde todos os envolvidos tenha voz e voto, possibilitando a construção de soluções mais eficazes e adaptadas às diversas realidades locais. Esse processo participativo não só melhora a qualidade da educação oferecida, mas também fomenta a formação de cidadãos mais críticos, conscientes e engajados socialmente.

Segundo Gonh (2001), os CME são analisados como motores de inovação nas políticas públicas, pois atuam como mediadores entre a sociedade civil organizada e os órgãos governamentais, estabelecendo uma nova esfera pública de poder e controle social. Sob essa perspectiva, o Conselho Municipal de Educação se destaca não apenas com um órgão administrativo, mas como um espaço de luta, onde ideias e os diversos interesses, sobretudo os individuais, podem se confrontar, visando influenciar as políticas e práticas educacionais, indo além do mero gerenciamento e atuando com um agente de transformação social. Santos (2011), reforça ainda, que o CME é uma instância

fundamental na democratização da educação, visando garantir qualidade educacional socialmente referenciada e inclusão social, propiciando a participação de diversos segmentos da comunidade local.

Para analisar a produção das políticas públicas, é fundamental considerar o momento histórico de sua formulação e implementação, assim com os contextos socioculturais e econômicos que influenciam suas implicações na sociedade e na vida dos indivíduos afetados. Nesse sentido, o ciclo de políticas, enquanto contribuição teórica, servirá de base para a análise dos dados desta pesquisa, focando nas políticas, ações implementadas, na participação e controle social dos CME de Nova Mutum e Rosário Oeste.

Para uma investigação mais aprofundada dos diferentes contextos em que ocorrem as políticas educacionais, a pesquisa terá como referencial teórico-metodológico a abordagem do Ciclo de Políticas desenvolvida pelo sociólogo inglês Stephen Ball e colaboradores (BOWE; BALL; GOLD, 1992; Ball, 1994), discutida no Brasil pelo colaborador Mainardes (2006). A opção por essa abordagem resulta da rejeição às análises mecanicistas e lineares que concebem o processo político de maneira racional e ordenada. Essa abordagem oferece uma visão dinâmica e adaptável para caracterizar o processo político no contexto educacional, entendendo-o como um ciclo que envolve diversas arenas políticas interconectadas, delineando a racionalidade tanto da gestão, quanto do ensino e aprendizagem. De acordo com Mainardes (2006), essa abordagem enfatiza a complexidade e a diversidade da política educacional, destacando os processos micropolíticos e a atuação dos agentes envolvidos com as políticas em nível local, evidenciando a relevância da articulação das dimensões macro e micro na análise das políticas educacionais.

A pesquisa tem, dentre seus pilares teóricos, as ideias de Paulo Freire (2001), que se entrelaçam com os desafios e potenciais da participação democrática na educação, os quais se manifestam e influenciam diretamente na qualidade e equidade da educação ofertada. Recorremos também as perspectivas de Vitor Paro (2001), que aborda a democracia, destacando as transformações ao longo de seu percurso histórico e destacando a influência positiva da organização escolar sobre o comportamento das pessoas, que “pode ser percebida quando se compararam escolas em que foram introduzidas inovações que provocaram maior democratização dos contatos humanos” (PARO, 2001, p. 29).

O estudo adotará uma abordagem qualitativa, com técnicas de revisão bibliográfica e documental, assim como narrativas para conhecer e compreender as experiências dos participantes. A metodologia incluirá a participação de Conselheiros (as) Municipais de Educação e Secretários (as) Municipais de Educação em entrevistas semiestruturadas. A análise de dados será conduzida utilizando a pesquisa narrativa.

Uma fase preliminar da investigação consiste em um estado da arte em bancos de dados de teses e dissertações, sendo utilizados como descritores: *conselho municipal de educação, gestão democrática, participação*, com recorte temporal de 2019 a 2023, filtrando posteriormente as pesquisas a nível do Estado de Mato Grosso, onde até o momento foram localizados poucos trabalhos que abordem a temática CME e gestão democrática. Um segundo momento consistirá na análise das políticas descritas nos documentos, além de investigar como se dá a noção de gestão democrática no âmbito desses conselhos. Posteriormente, estabeleceremos um diálogo com os membros dos conselhos, buscando entender como essas políticas se manifestam no cotidiano escolar.

Espera-se que a presente pesquisa contribua para o fortalecimento da gestão democrática no âmbito dos Conselhos Municipais de Educação, espaços esses fundamentais de participação e controle social. Os resultados podem auxiliar na criação de políticas públicas mais eficazes, incentivando a participação da comunidade nas decisões educacionais e promovendo uma educação mais justa e de qualidade.

Embora a pesquisa ainda se encontre em desenvolvimento e os resultados finais não tenham sido consolidados, a análise preliminar dos dados permitem a identificação de alguns aspectos relevantes que contribuirão para uma compreensão mais aprofundada do tema em questão. Os principais aspectos que emergiram até o momento são:

Acesso às legislações municipais: Observou-se uma dificuldade significativa no acesso as legislações municipais pertinentes aos CME;

Desatualização legislativa: Identificou-se uma deficiência na atualização das legislações relacionadas aos CME;

Interferências políticas: As análises iniciais indicam uma forte interferência política para se ter acesso aos representantes dos conselhos.

Referências

BOWE, R.; BALL, S.; GOLD, A. **Reforming education & changing schools: case studies in policy sociology.** London: Routledge, 1992.

GOHN, M. G. **Conselhos gestores e a participação sociopolítica.** 4^a ed. São Paulo: Cortez, 2011.

FREIRE, Paulo. **Política e educação:** ensaios.5. ed. São Paulo, Cortez, 2001.

MAINARDES, J. Abordagem do ciclo de políticas: Uma contribuição para a análise de Políticas educacionais. **Educação & Sociedade**, v. 27, n. 94, p. 47-69, 2006.

PARO, V. H. **Escritos sobre a educação.** São Paulo: Xamã, 2001.

SANTOS, J. P. S. **Atuação dos conselhos escolares e a gestão das políticas educacionais:** a experiência do município de Alto Alegre do Pindaré - MA. 2011. 160 f. Mestrado em Educação Instituição de Ensino: Universidade Federal do Maranhão, São Luís, MA. Biblioteca Depositária: Biblioteca Setorial de Pós-Graduação em Ciências Sociais.